

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR EM SÃO JOÃO DEL-REI/MG: PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO ESPECIAL

THIAGO JÚNIOR BARBOSA SILVA
PAULO ERNESTO ANTONELLI

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil
thiagod8@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nos últimos anos. Especialmente essa discussão destaca-se um pouco mais, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que, recomenda às escolas a inserção de alunos integrantes das populações especiais em suas salas de aula.

Os professores que antes trabalhavam apenas com os alunos ditos “normais” agora possuem uma nova clientela, os alunos com necessidades educacionais especiais, o que se espera é que, o sistema como tal ofereça capacitações de cunho constante e permanente, e, além disso, que os professores vislumbrem outros meios de ampliar e enriquecer o processo em si que é importantíssimo no sentido de, se adequar a nova realidade da escola. Conforme assinalado, a inclusão é igualmente um motivo que força o aprimoramento da capacitação profissional dos professores em serviço e que questiona a formação dos educadores, constituindo um motivo para que a escola se modernize, atendendo às exigências de uma sociedade que não admite preconceitos, discriminação, barreiras sociais, culturais, ou pessoais (MANTOAN, 2000). Logo, é preciso que algumas perguntas sejam respondidas: o sistema educacional e os professores têm procurado formas e meios de capacitação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais? Os professores recém formados têm recebido alguma orientação nas suas instituições de ensino superior para trabalhar com “alunos das populações especiais”? E os professores que se formaram antes de toda a discussão sobre inclusão; como tem lidado com ela?

Com o propósito de fomentar a discussão sobre o tema, buscou-se realizar a pesquisa em escolas da Rede Pública e Privada de São João del-Rei/MG. Sendo: 7 (sete) escolas estaduais, 2 (duas) escolas municipais e 3 (três) escolas da rede privada. O período realizado para coleta dos dados foi do dia 16 de maio de 2011 até o dia 10 de junho de 2011, envolvendo 15 professores de Educação Física que ministram aulas para as turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental sendo que, 2 (dois) deles trabalhavam na rede pública e privada concomitantemente.

Assim, o presente estudo destina-se a analisar as percepções dos professores de Educação Física que atuam lecionando para crianças e adolescentes do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª séries) do ensino fundamental na rede regular de ensino em São João del-Rei em relação a inclusão escolar.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando que a educação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil¹ é: um direito de todos e dever do estado, o que se espera é que todos os brasileiros, em especial, as crianças e adolescentes tenham acesso a ela e que isso aconteça da melhor forma possível. Segundo consta na LDB 9394/96² e é ressaltado por Souza et. al. (1997), os educandos com necessidades educacionais especiais devem gozar dos mesmos direitos a

¹ "Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (NR)

² Sigla para Lei de Diretrizes e Bases

educação que alunos considerados normais, devendo ter ainda quando necessário, os serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às suas peculiaridades.

O direito ao lazer, esporte e prática de atividades físicas também assegurados legalmente em nossa sociedade, e que, compõe o arcabouço do sistema educacional, serve como referência à corroboração do presente estudo, que foca todas as pessoas de um modo geral.

No entanto, as observações do cotidiano mostram que as exigências implícitas pela lei, nem sempre são cumpridas em várias cidades do país. O que nos motiva a verificar como está situação da educação especial no município de São João del-Rei, cidade situado numa região denominada Campos das Vertentes onde residem mais de 80 mil pessoas (segundo o Censo 2010³) e que, há um grande número de crianças com NEE⁴s freqüentando ou prestes a irem para as escolas.

Diante do exposto o que se propõe neste estudo é verificar como a prática de atividades físicas tem sido ofertada na vida de alunos com necessidades educacionais especiais, considerando que a escola é um ambiente onde o aluno tem a possibilidade de ter um contato direto com as práticas corporais já que, há uma disciplina específica que será capaz de propiciar não só o primeiro contato, mas também, a inserção e o desenvolvimento do aluno no esporte e outras práticas corporais e de lazer.

3. METODOLOGIA

De acordo com as características deste estudo, pode-se afirmar que este é de abordagem quantitativa e se enquadra nos quesitos de uma pesquisa descritiva. Segundo Ferreira (2009, p. 17) as pesquisas descritivas “visam descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis”.

3.1 Amostra

Foram entrevistados 15 professores de Educação Física do ensino regular da cidade de São João del-Rei, sendo 8 deles da rede estadual, 4 da rede municipal e 5 da rede particular, trabalhando com crianças do 6º ao 9º ano (5ª a 8ª séries). Todos os professores avaliados eram licenciados em Educação Física. Dos 15 professores, 10 possuíam alunos com alguma limitação em suas aulas de Educação Física regular, e, todos eles em algum momento já lecionaram para alunos com necessidades educacionais especiais.

3.2 Procedimentos

Para analisar as percepções dos professores de Educação Física com relação à presença de alunos com deficiência em suas aulas regulares, foi aplicado um questionário (Anexo 1), adaptado dos modelos originais da literatura especializada (GORGATTI *et. al.*, 2004). O questionário visa averiguar se os professores concordam ou não com cada questão apresentada, contudo oferece quatro níveis de resposta: *concordo totalmente* (completamente a favor da afirmativa), *concordo quase totalmente* (a favor da afirmativa, contudo apresenta algumas ressalvas), *discordo quase totalmente* (nega a afirmativa, contudo apresenta algumas ressalvas) e *discordo totalmente* (completamente contra a afirmativa), das quais o professor deveria assinalar apenas uma.

No entanto, antes das questões elencadas por (GORGATTI *et. al.*, 2004) são realizadas seis perguntas que visam identificar: a) a rede de ensino a qual o professor pertence, b) o nível de ensino no qual atua, c) há quanto tempo o professor se graduou, d) a relação de sua formação com a educação especial, e, e) sua experiência com alunos com NEE's.

O questionário adaptado por Gorgatti *et. al.* (2004, p. 67) segue os seguintes procedimentos: As questões de 1 a 5 visam verificar como o professor avalia seus

³ Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31 >

⁴ Sigla para Necessidades Educacionais Especiais.

conhecimentos para lidar com populações especiais e seu desejo de ingressar por essa área. As questões de 6 a 9 se referem à percepção do professor sobre como os demais alunos recebiam os colegas com deficiência nas aulas de Educação Física regulares. As questões de 10 a 12 tratam da forma como o professor avaliava as condições de sua escola para receber essa população especial de alunos em programas regulares de ensino. Foi solicitado que os professores não se identificassem no teste, nem o nome da escola, a fim de que as respostas pudessem ser as mais reais possíveis. As respostas dos testes foram analisadas levando-se em conta a frequência relativa (%) de sua ocorrência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso de professores de Educação Física que não possuíam alunos de populações especiais em suas aulas, as respostas deveriam ser marcadas de acordo com suas expectativas em relação à inclusão em sua escola. Estas respostas estão sintetizadas na TABELA 1.⁵

Tabela 1 – Tabela de frequência de respostas dos professores de Educação Física com relação as suas redes de ensino.

QUESTÕES DISCUTIDAS NA PESQUISA	Redes em Geral	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Privada
Professores que assumiram possuir conhecimento suficiente para lidar com alunos com NEE's ⁶ .	41,18%	37,5%	75%	20%
Professores que se consideram ser capazes de remediar os déficits de aprendizagem e/ou execução da tarefa dos alunos com NEE's.	41,18%	37,5%	50%	40%
Professores que se consideram capazes de administrar o comportamento dos alunos com NEE's.	47,05%	50%	50%	40%
Professores que relataram gostar de ter alunos com NEE's nas suas aulas.	94,12%	100%	75%	100%
Professores que pretendem fazer cursos ou palestras na área de Educação Especial.	88,23%	87,5%	100%	80%
Professores que acreditam que o processo de ensino integrado é benéfico para os alunos com NEE's.	88,23%	87,5%	75%	100%
Professores que acreditam que o processo de ensino integrado é benéfico para os alunos considerados normais.	88,23%	100%	50%	100%
Professores que acreditam que as crianças com NEE's são ou seriam bem aceitas por seus colegas considerados normais.	76,47%	75%	100%	60%

⁵ Importante destacar que, de todos os entrevistados, 02 (dois) professores atuam concomitantemente em duas escolas de redes diferentes, portanto os resultados não devem ser identificados como pertinentes a 17 entrevistados.

⁶ Sigla para Necessidades Educacionais Especiais.

Professores que acreditam que os alunos com NEE's são ou seriam humilhados por seus colegas considerados normais.	17,64%	12,5%	0%	40%
Professores que acreditam não haver nas suas escolas materiais instrucionais suficientes para ensinar os alunos com NEE's.	94,12%	100%	100%	80%
Professores que relataram não haver todos os serviços de suporte suficientes para que ensinem crianças com NEE's em suas escolas.	82,35%	87,5%	100%	60%
Professores que relataram não haver recursos suficientes para aquisição de materiais necessários para planejar as aulas e trabalhar com crianças com NEE's.	70,58%	75%	100%	40%

Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador.

Como se observa nos dados da tabela 1, 41,18% dos professores entrevistados sentem-se preparados para lidar com alunos especiais em suas aulas, mesmo havendo cursos preparatórios oferecidos pelo governo que supostamente ensinam a lidar com esse público.

Contudo, essas respostas tiveram uma relação bem diferente quando foi levada em consideração a origem do professor ser de rede estadual, municipal ou privada. Segundo a análise dos dados, 37,5% dos professores entrevistados na rede estadual sentem-se preparados em lidar com alunos de populações especiais, enquanto na rede municipal esse dado representa 75% e na rede particular 20% dos professores entrevistados. Esses dados nos indicam que os professores da rede municipal são os que se sentem mais preparados em lidar com alunos especiais.

Em relação à capacidade de remediar os déficits de aprendizagem ou execução da tarefa por parte dos alunos, o percentual de professores que acreditaram realizar tal feito continuou o mesmo. Porém, houve diferenças quando analisadas as redes de ensino separadamente. Na rede estadual, 37,5% dos professores entrevistados se consideram capazes de propiciar o ensino adequado aos seus alunos com NEE's; na rede municipal, esse percentual é representado por 50% dos professores e na rede particular 40% dos professores entrevistados se consideram aptos a lidar de forma contundente com esse público.

Os professores também foram questionados quanto ao fato de se sentirem capazes de administrar o comportamento de alunos com NEE's. A pesquisa revelou que 47,05% dos professores entrevistados consideram-se aptos a administrar o comportamento dessas crianças. Examinando as redes de ensino separadamente é possível constatar que esse sentimento é presente em 50% dos professores das redes estaduais e municipais e 40% dos professores que atuam na rede privada.

Um dado interessante é que, embora grande parte desses professores não se sintam preparados para trabalhar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais a maior parte deles (94,12%) gostam ou gostariam de tê-los participando de suas aulas regulares. Verificando a correlação existente entre as redes de ensino perceberemos que 100% dos professores das redes estadual e particular relataram gostar de ter alunos com deficiências em suas aulas regulares e curiosamente 25% dos professores da rede municipal relatou discordar quanto ao fato de gostar de ter "alunos especiais" em suas aulas.

Também foi possível constatar neste estudo que a maioria dos professores estão preocupados em melhorar sua atuação profissional com esses alunos já que 88,23% dos entrevistados manifestaram vontade de participar de cursos e palestras para aumentar seus

conhecimentos sobre os métodos de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais.

Os dados anteriormente citados são similares ao estudo de Lamaster *et. al.*, apresentado por Gorgatti *et. al.* (2004), no qual foram entrevistados seis professores da rede regular de ensino que possuíam em suas salas alunos com algum tipo de limitação. Segundo suas conclusões os estilos de ensino e as formas de promover a integração dos alunos variavam bastante, entretanto todos profissionais afirmaram que sentiam algum grau de frustração e culpa por não poder ou conseguir realizar um trabalho melhor com as crianças especiais. Tais sentimentos negativos eram atribuídos ao pouco apoio recebido pela direção da escola e à falta de conhecimentos específicos sobre as deficiências. Os professores afirmaram que possuíam uma preparação profissional precária a este respeito e não eram estimulados a fazerem cursos de especialização.

Em outro estudo semelhante também apresentado por Gorgatti *et. al.* (2004), Gilberts *et. al.* analisou professores que trabalhavam em salas regulares ou salas especiais de ensino, o autor verificou que existiam diferenças marcantes no enfoque da proposta educacional e na própria filosofia de ensino. De acordo com o estudo, os professores deveriam receber uma preparação profissional que uniformizasse os conhecimentos e as propostas pedagógicas e curriculares para ambas situações, visando principalmente que todos os alunos tivessem acesso a programas e oportunidades semelhantes. Essas diferenças entre as competências dos professores poderiam explicar a dificuldade dos profissionais de classes regulares em receber alunos com necessidades educacionais especiais.

Continuando a análise dos resultados observados em São João del-Rei, outra vertente deste estudo se propôs a averiguar como os professores viam a interação dos “alunos normais” e os pertencentes a grupos especiais.

No que concerne a questão dos possíveis benefícios para as crianças da prática inclusiva nas aulas de Educação Física 88,23% dos entrevistados consideram que esta situação seja benéfica para todos os alunos com ou sem limitações.

Ainda objetivando identificar a visão dos professores com referência ao posicionamento de seus alunos em relação à inclusão escolar, foram realizados mais dois questionamentos. As questões visavam averiguar como os professores avaliam o convívio entre essas crianças. Para 76,47% dos entrevistados as crianças com necessidades educacionais especiais são bem aceitas pelos seus colegas considerados “normais”. Analisando as redes de ensino separadamente pode-se chegar à conclusão que em todas elas, a maior parte dos professores acredita que os alunos com NEE's são bem aceitos pelos seus pares “normais”. Sendo que em termos percentuais obtivemos os seguintes resultados 75% dos professores da rede estadual, 100% dos professores da rede municipal e 60% dos professores da rede privada concordaram com essa afirmativa.

No entanto, quando a pergunta realizada dava enfoque à possibilidade das crianças com NEE's serem humilhadas por seus pares normais percebeu-se que 17,64% dos professores acreditam que isso poderia acontecer em suas escolas. Segundo a análise dos dados, 12,5% dos entrevistados na rede estadual e 40% dos professores entrevistados na rede privada já teriam presenciado tal situação em suas aulas. Já na rede municipal não houve casos a serem considerados, tendo em vista que nenhum dos professores concordou com essa afirmativa.

Os dados encontrados nesta pesquisa são similares aos obtidos no estudo de Gorgatti *et. al.* (2004), onde os autores relataram que 90% dos professores entrevistados concordaram que esse processo acontece naturalmente sem humilhação para nenhuma criança.

Por fim, a última parte desse questionário teve o objetivo de averiguar como os professores percebiam o preparo de suas escolas para trabalhar com uma proposta inclusiva.

As questões sobre esta temática abordaram fatores como adaptações estruturais das instalações, materiais adequados e profissionais de apoio.

Com relação à existência de materiais instrucionais suficientes para o ensino de crianças com necessidades educacionais especiais, 94,12% dos professores entrevistados acreditam

que suas escolas não têm a estrutura adequada para receber esse público. O único entrevistado que concordou totalmente quanto ao fato de sua instituição possuir os materiais adequados para propiciar o ensino inclusivo foi um professor oriundo de uma escola particular.

Os professores também foram questionados se haviam em suas escolas serviços de suporte composto por médico, psicólogo, fonoaudiólogo e profissionais auxiliares para melhor conduzirem o ensino de crianças com necessidades educacionais especiais. Segundo os resultados encontrados 82,35% dos entrevistados relataram que suas escolas não ofereciam esses serviços. Analisando as redes de ensino separadamente chega-se à conclusão que em todas, a maior parte dos professores relatou não haver serviços de suporte suficientes para que ensinem crianças com NEE's. Os professores da rede municipal se apresentaram totalmente desamparados por demais profissionais de apoio já que nenhum professor expressou haver serviços desse tipo em suas escolas. Já na rede estadual o percentual de professores desamparados por esses serviços representavam 87,5% dos entrevistados enquanto que na rede particular era de 60% dos professores entrevistados.

A última pergunta destinada a avaliar o quesito escola, sob o ponto de vista dos professores, questionava a possibilidade de haver nas escolas onde os mesmos lecionavam recursos suficientes para aquisição de materiais necessários para planejar as aulas e trabalhar com crianças com NEE's. Os resultados obtidos nas redes de ensino em geral demonstram que 70,58% dos entrevistados acreditam não haver recursos suficientes em suas escolas. Entretanto, ao analisar as redes de ensino separadamente constatamos que esse problema é bem maior na rede pública do que na rede privada; já que 75% dos entrevistados nas escolas estaduais e 100 % dos entrevistados nas escolas municipais discordaram totalmente ou quase totalmente dessa questão. Já na rede privada esse percentual correspondeu a 40% dos entrevistados. Esses dados indicam que na rede particular o grande entrave para a educação inclusiva pode estar na falta de preparo dos professores, tanto na falta de conhecimento quanto na condução de suas turmas, tendo em vista que na maior parte das escolas particulares onde foi realizada a pesquisa há recursos para aquisição de materiais que possam melhorar o ensino dessa clientela.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos professores em relação à educação especial, para isso foi aplicado um questionário adaptado dos modelos originais da literatura especializada a 15 professores de 12 escolas de diferentes redes de ensino no município de São João del-Rei. A proposta do referido questionário objetivava analisar como os professores avaliavam seus conhecimentos para lidar com alunos com NEE's, como o professor percebia a interação entre os alunos com NEE's e os considerados normais e como o professor avalia as condições de suas escolas para aderir à proposta de ensino inclusivo.

Ao término deste estudo foi possível observar tendências diferenciadas de respostas entre os professores da rede pública e os da rede particular de ensino. No que tangencia a auto-avaliação dos conhecimentos por parte dos entrevistados, é possível perceber que a rede municipal é a que aparenta possuir os professores mais aptos para trabalhar com alunos pertencentes a "populações especiais". Essa informação ganha uma relevância ainda maior quando na análise dos dados é observado que a taxa percentual de professores da rede municipal que relataram possuir conhecimentos para atuar com esse público é pelo menos duas vezes maior que as taxas apuradas nas escolas das redes estaduais e particulares. A análise geral das respostas indica que os professores em muitos casos, apesar da obrigatoriedade de incluir alunos com NEE's em aulas regulares, não se sentem preparados para lidar com tal clientela, contudo, a maioria dos professores atuantes nas três redes de ensino gosta ou gostariam de tê-los participando de suas aulas regulares.

Notou-se também que a maioria dos docentes atuantes nas três redes de ensino percebeu os benefícios advindos da prática inclusiva para as crianças com limitações e para as

consideradas “normais”. Contudo um percentual razoável de professores atuantes nas escolas particulares também acredita que os alunos com NEE’s podem ser humilhados por seus pares “normais”.

Através deste estudo também foi possível observar que as escolas ainda estão muito aquém das condições ideais para receber a “população especial” de crianças e adolescentes e que isso muitas vezes impede que os professores possam trabalhar de maneira mais eficiente, sobretudo nas escolas da rede pública onde esta situação apresenta um quadro ainda mais grave.

É importante ressaltar que este estudo envolveu uma parcela considerável das escolas que compõe a rede de ensino da cidade de São João del-Rei, contudo, não foi possível examinar a rede de ensino em sua totalidade, tendo em vista que o curto prazo para a pesquisa e o baixo número de pesquisadores impossibilitou a coleta de dados em mais escolas do município e distrito dessa cidade. Entretanto, sugere-se que esse estudo seja ampliado para uma população maior de professores de educação física, a fim de que os resultados obtidos possam ser correlacionados com a faixa etária, o sexo, o tipo de escola (particular ou pública) e o tempo de experiência destes.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. 20. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Edipro, 2011.

BRASIL. Lei nº9394 – **Diretrizes e bases da educação nacional**. Capítulo V. 1996.

FERREIRA; Eliana Lucia (Org.). **Esportes e atividades físicas inclusivas**. Niterói: Intertexto, 2009.

GORGATTI, M. G. et al. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. Brasília, v. 12, n. 2, p.63-68, jun. 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. **Revista Alcance** / Universidade do Vale do Itajaí. Centro de Ciências da Saúde. nº 2. ano. VII - Itajaí: Univali, 2000.

SOUZA, P.N.P.; SILVA, E.B. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo, Pioneira Educação, 1997.

Endereço para correspondência:

Thiago Júnior Barbosa Silva

Rua Federico Ozanan, 87 – Guarda-Mor

CEP: 36309-012 – São João del-Rei – MG

Tel.: (32) 3373-1757 ou (32) 9984-2721

E-mail: thiagod8@yahoo.com.br ou thiagojrbarbosa@hotmail.com